

Perfil dos estudantes da UFG

Uma análise a partir do processo seletivo 2002

MARIA CRISTINA TEIXEIRA MACHADO*

Resumo: O presente artigo traça um perfil do estudante que ingressa na Universidade Federal de Goiás, fundamentado em dados do questionário socioeconômico-cultural preenchidos pelos candidatos ao concurso vestibular de 2002. Trata-se de um exercício preliminar à pesquisa Evasão escolar na Universidade Federal de Goiás, desenvolvida junto à Pró-Reitoria de Graduação da UFG/Prograd, com o objetivo de delimitar e compreender o processo de evasão escolar nessa universidade.

Palavras-chave: estudantes; dados socioeconômicos; estudos de graduação.

Pretende-se, com este rápido artigo, traçar um perfil do estudante que ingressa na Universidade Federal de Goiás (UFG). Esse exercício é um dos resultados parciais da pesquisa que estamos desenvolvendo junto à Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal de Goiás (Prograd), que procura delimitar a extensão e compreender as razões que movem o processo de evasão escolar nessa instituição. Apesar de muito discutida como uma questão do ensino fundamental, a evasão escolar é um problema importante e expressivo também na universidade, uma vez que o ensino universitário está associado aos mecanismos pedagógicos e sociais que estão na base do chamado "fracasso escolar", marca de um sistema educacional que conduz à evasão.

Segundo Dilvo I. Ristoff (1999), a questão da evasão nas universidades brasileiras passa a ocupar o centro das discussões nacionais sobre educação superior no Brasil a partir do aparecimento de duas crises no setor: a crise de modelo e a crise gerencial. Por crise de modelo, o autor entende o desejo das lideranças do MEC

de adequarem a educação superior ao modelo socioeconômico adotado nos anos 90. Este, ao exigir agilidade, eficiência, baixo custo, competitividade, qualidade, produtividade e formação de mão-de-obra qualificada para atender às necessidades de uma economia globalizada, exige mudanças na estrutura do ensino superior.

A crise gerencial, por sua vez, "colocamos diante do desafio da transformação das universidades públicas em instituições de direito privado que passariam a ser administradas por contrato de gestão (Projeto Bresser) ou ainda diante da proposta de autonomia para as universidades apresentadas pelo MEC" (Ristoff, 1999, p. 119). A proposta do MEC prevê, ainda, autonomia financeira e o repasse de dotação global (incluídos, nessa dotação global, recursos para pessoal, custeio e investimentos).

Ambos os projetos buscam dar autonomia financeira e administrativa às universidades. Subjaz a esse desejo a idéia de que as universidades gastam demais, são academicamente improdutivas, administrativamente incompetentes ou desleixadas, constituindo-se, enfim, em fardos para os cofres públicos. Com as medidas propostas pelos projetos, pretende-se que as

* Doutora em Sociologia pela UnB e professora da FCHF/UFG.

universidades passem a controlar mais os gastos, tornem-se produtivas e acabem com as constantes investidas em busca de complementação. Segundo o autor, ambas as crises revelam o descomprometimento gradual do Estado para com a educação e a ampliação da privatização da educação superior, que adquire visibilidade por meio de uma articulada campanha de desqualificação das universidades públicas. “Estas passam a ser vistas pelo MEC, pelo Mare e pela mídia como escravas do democratismo, da ganância, da indulgência, em suma, do desperdício do dinheiro público” (idem, *ibidem*, p. 120).

No contexto descrito, em que as universidades são desqualificadas, ganhou destaque a problemática da evasão. Em fevereiro de 1996, a Sesu chamou a Andifes a uma reunião para discutir a evasão, pretendendo que fosse a primeira de uma série de reuniões temáticas. Porém, conforme o autor, acabou sendo a única no gênero. Na ocasião, a Andifes encomendou um estudo rápido ao Fórum de Pró-Reitores de Graduação, que se encarregou da apresentação dos índices nacionais. O MEC havia divulgado, por meio do secretário de Ensino Superior, professor Décio Leal de Zagottis, que a evasão nas universidades brasileiras chegava ao elevado índice de 56%. Era expectativa geral que essa imagem negativa da universidade pudesse ser revertida com os dados dos pró-reitores. Porém, percebendo que, pela ausência de uma metodologia comum, os dados trazidos pelos pró-reitores não eram confiáveis, a Andifes propôs a formação de uma comissão nacional para definir uma fórmula comum de cálculo de índices que pudesse ajudar a identificar as causas do fenômeno da evasão e, na melhor das expectativas, propor soluções. Os pró-reitores entendiam que a evasão deveria ser estudada no contexto da avaliação institucional em andamento e não de forma isolada. O MEC constituiu, então, uma comissão para a definição dos índices com base em uma fórmula comum naquele ano. De acordo com Ristoff, esta é a história da discussão sobre evasão que, desde fevereiro daquele ano, preocupou o mundo acadêmico. Segundo o autor, a evasão precisa ser desmistificada e contextualizada para retirá-la do isolamento a que alguns insistem em relegá-la.

Merece atenção de todos, não tanto em razão dos números que revela, mas mais em virtude da política de exclusão e da concepção de ser humano que lhe subjazem.

Em suas conclusões, Ristoff assevera que a evasão deve ser tratada no contexto da avaliação institucional, sob pena de não se compreender sua verdadeira dinâmica. Considera que um percentual significativo do que nós chamamos de evasão é, na verdade, resultado da mobilidade natural e própria dos seres humanos em busca da exploração de suas potencialidades e de sua realização, não podendo, portanto, ser computado como fracasso ou insucesso. Desse modo, evasão não é, necessariamente, sinônimo de desperdício, uma vez que a educação recebida é algo que nunca se perde.

Os trabalhos que, no Brasil, analisam o fenômeno, identificam entre as principais causas ou origens da evasão universitária as seguintes razões: nível socioeconômico dos estudantes, que exige a conciliação entre estudo e trabalho, levando-os à escolha do trabalho que garante a sobrevivência; desconhecimento do curso e imaturidade na escolha profissional; desilusão com o curso; desestímulo do mercado de trabalho, que desprestigia carreiras ou não absorve profissionais de determinadas áreas; fraco desempenho do aluno no ensino médio; escolha do curso determinada pela baixa demanda, repetência e, finalmente, a democratização do acesso à universidade, que não foi acompanhada por estratégias de manutenção dos alunos. Estrutura física das universidades, estrutura dos cursos, formação docente e a crise na universidade são fatores que também compõem o complexo quadro que move a dinâmica da evasão universitária no Brasil.

A pesquisa sobre evasão que estamos coordenando analisa o fenômeno na UFG no período de 1998 a 2002, abrangendo todos os cursos nos diversos campi da instituição. Uma vez que os estudos sobre evasão universitária no Brasil, muitas vezes, superestimam o fenômeno por confundi-lo com o fenômeno da mobilidade, ou seja, a migração do aluno de um curso para outro na própria universidade ou para outras instituições de ensino superior, consideramos aluno evadido aquele que, no

período delimitado, abandonou definitivamente a universidade. Assim, estão sendo identificados não somente os cancelamentos de matrícula do aluno, como também os processos de transferência e reingresso para delimitar com clareza os dois fenômenos. A essa identificação, seguir-se-á uma análise das causas ou razões da evasão com base em entrevistas com coordenadores de cursos e alunos evadidos. A análise identificará as causas e a dinâmica da evasão na UFG, como, também, o perfil do aluno evadido da Universidade Federal de Goiás. Todo esse trabalho deverá resultar na elaboração de políticas institucionais com vistas ao acompanhamento e contenção da evasão na UFG.

Como ponto de partida para o trabalho, procurou-se, em primeiro lugar, delinear o perfil do estudante que ingressa na UFG. A idéia é que o conhecimento aproximado do aluno que entra na instituição, nos permitirá compreender melhor a dinâmica do processo que levaria a sua evasão ou mobilidade. Assim, os dados analisados, até o momento, têm nos permitido interessantes e ricas reflexões sobre o perfil do estudante universitário localizado na UFG, sobre as relações da universidade com o ensino fundamental e médio de origem particular e pública e, acima de tudo, sobre o papel de uma universidade pública no contexto da Região Centro-Oeste, estabelecendo conexões entre evasão, exclusão e política sociais para a região.

A análise se fundamentou nos dados fornecidos pelo questionário socioeconômico-cultural que os candidatos ao concurso vestibular preencheram por ocasião da inscrição ao processo seletivo do ano de 2002. Foram considerados apenas os dados referentes aos candidatos que se classificaram, ou seja, que foram aprovados nas duas etapas do processo seletivo. O questionário é organizado pelo Centro de Seleção da UFG e compõe-se de 39 questões que identificam o aluno em sua origem econômica, social e cultural. A análise selecionou apenas os índices mais significativos de classificação nas respostas às questões. Fizemos um levantamento genérico do perfil do aluno que entra na universidade federal, estabelecendo um contraponto desse perfil geral,

quando se fez necessário, com áreas de conhecimento estabelecidas pelo Centro de Seleção. São elas: ciências humanas, exatas e biológicas

Inscreveram-se 24.665 candidatos ao concurso vestibular, para 3.035 vagas. Foram classificados 7.768 na primeira etapa e 3.019 na segunda etapa. Assim, a UFG absorveu apenas 12,24% dos candidatos aos seus cursos. Esses candidatos foram assim distribuídos: 1.311 (9.277 inscritos) na área de ciências humanas, que concentra 43,42%, dos ingressos em 2002; 737 (9.953 inscritos) na área de ciências biológicas, responsável por 24,41% dos ingressos e, finalmente, 577 (4.122 inscritos) na área de ciências exatas, que absorve 19,11% dos ingressos.

A área de ciências humanas é composta por 16 cursos,¹ dos quais sete têm habilitações em bacharelado e licenciatura, três são licenciaturas e seis são bacharelados, além de outras habilitações profissionais em cursos como Comunicação Social, Artes Visuais, Música e Canto e Educação Musical. A área de ciências biológicas é composta por nove cursos,² dos quais dois têm habilitações em bacharelado e licenciatura e sete têm habilitações em bacharelado. Finalmente, a área de ciências exatas é composta por sete cursos,³ dos quais dois têm habilitações em bacharelado e licenciatura e

1. Ciências Sociais (bacharelado e licenciatura), Filosofia (bacharelado e licenciatura), História (bacharelado e licenciatura), Geografia (bacharelado e licenciatura), Pedagogia (licenciatura), Educação Física (licenciatura), Biblioteconomia (bacharelado), Comunicação Social: Jornalismo, Relações Públicas, Radialismo, Publicidade e Propaganda (bacharelado), Direito (bacharelado), Letras (bacharelado e licenciatura), Artes Cênicas (bacharelado e licenciatura), Artes Visuais: Artes Plásticas, Design Gráfico e Design de Interiores (bacharelado e licenciatura), Design de Moda (bacharelado), Música: Canto, Composição Musical, Instrumento Musical, Regência Coral (bacharelado), Educação Musical: Canto, Ensino Musical Escolar, Instrumento Musical (licenciatura) e Musicoterapia (bacharelado).

2. Ciências Biológicas (bacharelado e licenciatura), Enfermagem (bacharelado e licenciatura), Farmácia (bacharelado), Medicina (bacharelado), Nutrição (bacharelado), Odontologia (bacharelado), Agronomia (bacharelado), Engenharia de Alimentos (bacharelado), Medicina Veterinária (bacharelado).

3. Ciências da Computação (bacharelado), Física (bacharelado e licenciatura), Matemática (bacharelado e licenciatura), Química (bacharelado e licenciatura), Engenharia Civil (bacharelado), Engenharia da Computação (bacharelado), e Engenharia Elétrica (bacharelado).

cinco têm habilitações apenas em bacharelado. Analisando os dados, podemos delinear um perfil para o estudante que ingressou na Universidade Federal de Goiás por meio do processo seletivo de 2002.

No que se refere à faixa etária, percebemos que a grande maioria dos alunos que ingressou na Universidade Federal de Goiás se situa entre 17 e 18 anos (23,75% com 17 e 21,76% com 18). Logo a seguir, em terceiro lugar, encontramos 19,21% na faixa de 20 a 22 anos. Trata-se, portanto, de uma clientela extremamente jovem. Esses jovens são solteiros (87,35%) e moram com a família (85,79%). Nesse item, apenas a área de ciências humanas apresenta um perfil que se diferencia de modo significativo do quadro geral, apresentando uma população um pouco menos jovem: a maior concentração de alunos (22,43%) se situa entre 20 e 22 anos, seguidos por aqueles que têm acima de 25 anos (19,60%), pelos que têm até 17 anos (18,23%) e pelos que têm 18 anos (17,16%). Porém, repetindo a tendência geral, são solteiros (81,82%) e moram com a família (86,96%).

No que se refere à formação escolar, chegaram à universidade com uma formação fundamentada equilibradamente entre a escola pública (31%) e a escola privada (29,55%). Esse equilíbrio se rompe quando a formação escolar do aluno não se deu apenas em um desses setores: 22,46% fizeram a maior parte de seus estudos na escola pública e 16,40% fizeram a maior parte de seus estudos na escola particular, o que revela dificuldades enfrentadas pela família em mantê-los na escola, apelando para a rede pública de ensino. Esses alunos estudaram, em sua grande maioria, no turno diurno, 72,04%, contra 13,95% no turno noturno. A maior parte deles cursou o 2º grau de três anos (70,07%), classificando em seguida os que cursaram o ensino técnico profissionalizante (8,74%). Quebrando uma idéia que vigora no senso comum, os cursinhos preparatórios ao vestibular não são indispensáveis para a entrada do aluno na universidade: 54,70% desses jovens não frequentaram cursinhos e 14,74% os frequentaram apenas por um semestre. Esse dado se torna mais significativo quando constatamos que 28,22% desse contingente passou no vestibular na primeira tentativa, acompanhados

de 21,60% que tentou por duas vezes. A formação escolar dos classificados desmente o discurso corrente que desqualifica a escola pública e superestima a importância dos cursinhos como caminho preparatório à universidade.

Nesse item, porém, observamos algumas variações dignas de nota entre as diferentes áreas. Se há um relativo equilíbrio entre a escola pública e a escola privada na formação dos estudantes que foram classificados no vestibular de 2002, observamos a preponderância da escola pública na formação dos alunos que ingressaram para a área de humanidades: 39,59% estudaram somente na escola pública, 23,49% estiveram a maior parte do tempo na escola pública, enquanto 22,12% estudaram somente na escola particular: temos aí, 63,08% dos estudantes passando totalmente ou preferencialmente pela escola pública. Se levarmos em consideração que 14,11% passaram a maior parte de sua formação na escola particular, mas não somente nela, concluímos pelo dominante papel da escola pública na formação desses estudantes. Esses dados se tornam mais significativos quando constatamos que 56,83% dos alunos classificados não frequentaram cursinhos pré-vestibulares ou passaram por eles apenas por um semestre (17,62%) e, ainda assim, conseguiram ser classificados na segunda tentativa de entrar no curso que escolheram (29,19%), seguidos dos que tentavam pela primeira vez (25,25%) e dos que passavam pela terceira experiência (22,58%).

Entretanto, esse quadro que dá destaque à escola pública na formação dos candidatos classificados sofre uma significativa alteração quando nos voltamos para a área de ciências biológicas: aqui, 47,08% dos candidatos classificados estudaram somente em escola particular ou fizeram a maior parte de seus estudos em escola particular (22,12%), perfazendo um total de 69,20% de estudantes passando totalmente ou preferencialmente pela escola particular. Entretanto, aproximando-se da tendência geral, não frequentaram cursinhos pré-vestibulares (45,18%), seguidos dos que os frequentaram por um ano (21,71%) ou por mais de um ano (17,77%).

Entretanto, os alunos classificados para a área de ciências exatas, no que se refere à

formação escolar, aproximam-se do padrão geral: estudaram somente em escolas particulares (32,24%), somente nas escolas públicas (29,81%), a maior parte dos estudos na escola pública (22,01%) ou a maior parte dos estudos na escola particular (15,42%). Temos aqui 51,82% dos classificados com a formação exclusiva ou dominante na escola pública, enquanto 47,66% tiveram sua formação de modo exclusivo ou dominante na escola particular. Entretanto, a frequência aos cursinhos pré-vestibulares foi significativa nessa área, destoando do padrão geral, da área de humanidades e da área de ciências biológicas: 62,05% frequentaram cursinhos, seguidos dos 12,31% que os frequentaram por um semestre e dos 11,44% por um ano. Parece que tanto a escola pública, quanto a escola privada não oferecem uma boa ou sólida formação nas difíceis áreas de conhecimento abrangidas pela matemática, pela física ou pela química. Os cursinhos, aqui, seriam importantes elementos para suprir deficiências da formação fundamental e média.

Ainda nesse item de formação escolar, há um fator que chama a atenção do analista. Em uma realidade em que apenas 12,24% dos candidatos ao concurso vestibular conseguem uma vaga na universidade, apenas 6,45% dos candidatos inscritos declararam haver concluído um curso técnico-profissionalizante. Desse modo, os 87,76% dos que ficaram fora dos muros da universidade não têm formação profissionalizante. Se não conseguirem entrar em outras tentativas, terão de recorrer a atividades não-profissionalizadas formalmente. Esse dado revela um ensino fundamental e médio alicerçado em uma filosofia extremamente elitista, que concebe a profissionalização do indivíduo somente por meio do título universitário. É a mania do "doutor" tão apontada pelos intérpretes do Brasil. É evidente que é necessário a ampliação de vagas na universidade, mas ela é, de fato, o ponto de chegada de uma elite intelectual. Essa brasileira rejeição histórica, sempre recorrente, às profissões técnicas de nível médio tem fundamentos em nossa cultura que, desde suas origens, deprecia e desqualifica o trabalho manual ou técnico. Traduz práticas que fazem parte de nossas raízes, como diria Gilberto Freyre. Não se trata de universalizar o acesso

à universidade, mas, pelo contrário, de atuar em uma formação básica competente e profissionalizada que atenda às necessidades sociais e de mercado, de modo a incluir a população no usufruto dos bens materiais e simbólicos da vida moderna.

Essa filosofia elitista que concebe a profissionalização apenas por intermédio do ensino de 3º grau tem conduzido também, pelo processo de expansão do ensino superior privado, à proliferação de cursos que atendem às demandas do mercado de trabalho, ávido por técnicos nas mais diversas áreas. Esses cursos, eminentemente técnicos e de formação mais ligeira (tais como secretariado, design de moda, fisioterapia etc.), atenderiam muito mais o perfil de cursos de ensino de 2º grau profissionalizante, do que propriamente o perfil de cursos universitários. Dentro dessa filosofia, acreditamos, gestou-se também a matriz ambígua dos recentes cursos seqüenciais.

No que se refere às motivações para a escolha do curso, as razões apresentadas equilibram as possibilidades do curso no mercado de trabalho (30,24%) e as possibilidades de contribuir para a sociedade (30,04%). Acreditamos que a segunda motivação assinalada decorre, muito mais, de indefinições de candidatos muito jovens que não têm clara percepção sobre escolhas profissionais, do que propriamente do atendimento ao sentido que a opção de resposta encerra.

Muito jovens, 60,25% dos alunos não trabalham e os 18,35% que trabalham cumprem jornadas de 30 a 40 horas semanais, recebendo, no máximo, entre um a dois salários mínimos (17,69%). Porém, em períodos de definições e emancipação da família, pretendem ingressar imediatamente no mercado de trabalho, uma vez que 61,74% pretendem se manter durante o curso trabalhando, contra apenas 27,33% que planejam manter-se com os recursos dos pais. É interessante observar que esse perfil geral sofre variações significativas em duas direções: em um extremo, na área de ciências humanas, encontramos o maior percentual dos que pretendem manter-se no curso trabalhando, ou seja, 74,83%, enquanto, na outra ponta, na área de ciências biológicas, deparamo-nos com o maior percentual dos que pretendem manter-se

com os recursos dos pais, 54,27%. O perfil do estudante de ciências exatas segue de perto o índice geral: 58,41% pretendem manter-se no curso trabalhando, enquanto 29,46% têm a expectativa de continuar na dependência financeira dos pais.

É importante observar que, na iminência de ingressar no mercado de trabalho, o que esses jovens mais almejam entre os serviços que a universidade poderá lhes oferecer é a bolsa-trabalho: 55,78%, seguidos dos 14,24% que desejam programas culturais e artísticos e dos 11,76% que assinalaram assistência médica e odontológica. Daí a importância de ações e políticas que estimulem a expansão de todos os programas que oferecem bolsas aos alunos. As bolsas reforçariam os vínculos dos estudantes com a universidade e, desse modo, teríamos melhores alunos, evitaríamos a evasão e o desperdício de recursos. É importante que esses dados estejam sempre presentes na perspectiva dos administradores da instituição.

As questões de número 17 a 30 dedicam-se a colher informações a respeito da situação familiar dos candidatos. Assim, as famílias de 53,10% dos alunos classificados residem na cidade de Goiânia, enquanto 37,10% se encontram no interior do Estado. Temos aqui, então, uma população estudantil genuinamente goiana. A Universidade Federal de Goiás não é um pólo de atração regional. Um percentual muito pequeno dos classificados (9,01%) veio de outros estados. A existência de várias universidades no Centro-Oeste e a proximidade com Brasília fracionam as demandas regionais a seus estados de origem.

No que se refere ao nível educacional da família, a escolaridade dos pais dos alunos revela uma população que não teve acesso ao ensino superior: 22,29% dos pais têm apenas o ensino fundamental incompleto (escola primária), enquanto 21,80% cursaram o ensino médio completo (2º grau). Temos, aí, quase a metade dos chefes dessas famílias (44,09%) sem instrução superior. Apenas 19,34% concluíram o curso superior. Os demais oscilaram entre o ensino fundamental completo (9,74%), o ensino médio incompleto (9,34%), o ensino superior incompleto (7,45%), pós-graduação (5,96%), nenhuma instrução (2,95%), sem informações

(2,15%) ou não informaram (0,66%). Novamente, aqui, índices significativos revelam diferenças que encontram seus limites entre as áreas de ciências humanas e a de ciências biológicas: o maior índice de pais sem instrução superior (14,65%) encontra-se nas humanidades, enquanto o maior índice dos que a possuem (28,63%) está entre pais dos classificados para a área de ciências biológicas.

Em relação às mães ou substitutas, entre os dados mais significativos encontramos 25,74% com o ensino médio completo (2º grau), 18,62% sem concluir o ensino primário, seguidos de 16,46% com o ensino superior completo. Em uma escala decrescente, a concentração de mães ou substitutas que concluíram o ensino superior, entre as diversas áreas, se dá da seguinte forma: 24,37% na área de ciências biológicas, 20,80% na área de ciências exatas e 11,75% na área de ciências humanas. Chamamos atenção para esses dados referentes à formação superior dos pais por considerarmos que, em um estado de histórica vocação agrária, a população que tem acesso à universidade tem aí uma oportunidade de superar os limites educacionais de seu ambiente de origem. Consideramos relevante que, neste início do séc. XXI, as famílias goianas que conseguem colocar seus filhos na universidade sejam dirigidas por trabalhadores com nível de escolaridade médio ou primário. Em nosso ponto de vista, esses dados revelam a Universidade Federal de Goiás cumprindo um importante papel social ao educar e profissionalizar um significativo segmento da população do estado, eleva, ainda, suas potencialidades na região e no cenário nacional.

Com relação ao trabalho, 65,58% dos pais trabalham regularmente, enquanto 11,76% compõem-se de homens que já se aposentaram. A população feminina revela um perfil ativo na economia doméstica, uma vez que 42,66% das mulheres sempre trabalharam fora de casa e 12,69% sempre trabalharam em atividades remuneradas dentro da própria casa. Assim, mais da metade das mães dessas famílias (55,35%) é economicamente ativa. Apenas 22,52% das mulheres exercem o tradicional papel de dona de casa. Atendendo a um perfil tradicional de família, o pai é ainda o maior

provedor: 58,03% são os maiores responsáveis pelo seu sustento, enquanto apenas 23,35% das mães de família exercem esse papel.

Retratando um perfil de família de classe média a baixa,⁴ a renda familiar varia, predominantemente, entre R\$ 901,00 a R\$ 1.800,00 (23,52%), R\$ 181,00 a R\$ 500,00 (20,50%) e R\$ 541,00 a R\$ 900,00 (19,11%), ou seja, 63,13% das famílias têm renda abaixo de R\$ 1.800,00. Novamente, aqui, verificamos diferenças significativas entre as três grandes áreas da universidade. Na área de ciências humanas, a renda mensal das famílias varia, predominantemente, entre R\$ 180,00 a R\$ 540,00 (26,93%), R\$ 541,00 a R\$ 900,00 (22,20%) e R\$ 901,00 a R\$ 1.800,00 (21,05%). Aqui constatamos 70,18% das famílias com rendimentos que oscilam entre R\$ 180,00 e R\$ 1.800,00, e o maior percentual está concentrado em um nível que se aproximaria da classe D, segundo os critérios do IBGE. Na área de ciências biológicas, observamos uma distribuição entre R\$ 901,00 a R\$ 1.800,00 (26,19%), R\$ 1.801,00 a R\$ 3.600,00 (23,20%) e R\$ 3.601,00 a R\$ 5.400,00 (15,60). Aqui, 64,99% das famílias têm rendimentos que oscilam R\$ 901,00 e R\$ 5.400,00, e o maior percentual está concentrado no nível que se aproxima da classe C. Na área de ciências exatas, os valores oscilam entre R\$ 901,00 a R\$ 1.800,00 (25,13%), R\$ 1.801,00 a R\$ 3.600,00 (20,97%), R\$ 181,00 a R\$ 540,00 (19,24). Aqui, 65,34% das famílias têm rendimentos oscilando entre R\$ 181,00 e R\$ 3.600,00, e o maior percentual está concentrado no nível que se aproxima da classe C, segundo os critérios já mencionados.

Novamente, o perfil do estudante da área de ciências biológicas revela uma origem privilegiada no contexto da realidade dos que conseguem ter acesso ao ensino superior na Universidade Federal de Goiás. Porém, mesmo aqui, se levarmos em consideração os critérios do IBGE para classificar os rendimentos familiares da classe A, aqueles que se situam

acima de R\$ 5.400, constatamos que os filhos da elite econômica do estado não estão na Universidade Federal de Goiás: apenas 10,99% dos estudantes da área de ciências biológicas declararam rendimentos familiares acima de R\$ 5.400,00, enquanto, no quadro geral, constatamos que apenas 6,73% fizeram a mesma declaração. Esses dados desmitificam, em Goiás, a idéia de que a universidade pública, no Brasil, atende a uma clientela de elite.

Levando-se em consideração que a renda familiar sustenta, predominantemente, quatro (33,92%), cinco (30,97%) ou três (15,57%) pessoas, concluímos que os alunos classificados no concurso vestibular de 2002 (80,46%) provêm de pequenos núcleos familiares, tendência constatada pelo censo de 2000 no perfil das famílias brasileiras,⁵ reproduzindo uma tendência geral do mundo contemporâneo.

Entre as despesas familiares, sobressaem-se os gastos com alimentação (36,17%), instrução (32,36%) e moradia (15,67%). Moram em casa própria e quitada (64,36%), alugada (15,40%) ou própria não-quitada (12,95%). Consoante com um perfil de família brasileira de classe média a baixa, não utilizam, preferencialmente, empregadas ou diaristas no serviço da casa (66,25%), havendo a presença de apenas uma mão-de-obra doméstica em um contingente bem menor de famílias (27,59%). São famílias pequenas, de média a baixa renda, em casas próprias e que se incumbem de todo o serviço de manutenção da casa. Como não poderia deixar de ser, pertencendo a uma família com esse perfil, um grande percentual do estudante recém-ingresso na UFG locomove-se por meio de transporte coletivo em ônibus do sistema (43,66%), em veículo próprio ou da família (33,55%), seguidos pelos que se locomovem pelo transporte alternativo (10,96%). Nesse perfil, a grande maioria das famílias tem apenas um automóvel (45,41%) ou nenhum (29,58%); apenas 19,05% das famílias possuem dois automóveis.

O estudante vindo de famílias com essas características declara saber manusear microcomputadores (82,08%). Porém, apenas 49,22% desses jovens têm microcomputadores

4. O IBGE classifica a população por classe social, com base nos níveis de renda familiar, da seguinte maneira: A1 + A2 = acima de R\$ 5.400,00; B1+B2 = de R\$ 1.801,00 a R\$ 5.400,00; C = R\$ 721,00 a R\$ 2.800,00; D = R\$ 361,00 a R\$ 720,00; E = R\$ 360,00. In: www.brasilleitor.org.br/5conjuntura_socioeconomica.htm.

5. Censo 2000: um retrato do Brasil na década de 90. In: www.earthlink.hpq.com.br.

em casa. Situam-se diante dos acontecimentos gerais do mundo informando-se, preferencialmente, por telejornal (61,15%), revistas (19,31%) e jornal escrito (12,02%). Esses dados revelam um estudante de pouca leitura, uma vez que até a leitura de jornais, que é minoritária como fonte de informação, é feita ocasionalmente (43,42%) ou semanalmente (29,25%); apenas 23,68% desses jovens lêem jornais diariamente. Trata-se de uma geração em que os estímulos visuais são mais fortes e importantes do que a leitura.

Dentre esses jovens, apenas 53,43% freqüentaram cursos de língua estrangeira, e 59,06% declaram não ter domínio de qualquer língua estrangeira, seguidos dos 30,01% que dominam o inglês. Dividem seu tempo extraclasse entre atividades artístico-culturais (24,51%), religiosas (24,41%) e esportivas (23,41%). Finalmente, as mulheres dominam o contingente estudantil (52,87%), em um universo em que os homens estão perdendo a hegemonia (47,13%). Apenas na área de ciências exatas há o predomínio dos homens (75,04%) sobre as mulheres (24,96%).

Algumas das considerações tecidas no decorrer dessa análise merecem destaque:

- a constatação de dados que desmentem o discurso que desqualifica a escola pública na formação dos alunos que conseguem chegar à universidade;

- o delineamento do retrato de uma realidade que revela a supervalorização dos cursinhos como veículos indispensáveis ao ingresso dos estudantes na universidade;

- os dados trabalhados desqualificam, em Goiás, a idéia que considera a universidade pública como de elite. Mesmo na área de ciências biológicas, onde encontramos os maiores índices de renda familiar, os valores encontrados não remetem para o que poderíamos caracterizar como famílias de elite. O estilo de vida das famílias, revelado pelo número de empregadas domésticas, pela posse de automóveis ou de equipamentos de informática reforça essa constatação;

- os dados revelam que lidamos com estudantes que, vindos de famílias de média ou baixa renda, têm necessidade de bolsas de trabalho ou de estudo para se manterem na

universidade. Daí a importância de reivindicar a expansão dos programas de bolsas, junto aos órgãos de fomento, que atuariam como importantes mecanismos constrangedores do processo de evasão na universidade;

- a análise nos mostrou um estudante que pouco ou nada lê. É importante e fundamental que as coordenações de curso desenvolvam estratégias para lidar com uma realidade acadêmica que, se por um lado, exige níveis de abstração fundamentados em hábitos de leitura, por outro, se depara com uma clientela que não lê. Sabemos o quanto essa tensão tem sido obstáculo ao bom andamento da formação de nossos alunos;

- o perfil do estudante da Universidade Federal de Goiás é cada vez mais feminino. Revela a crescente autonomia das mulheres que estão progressivamente se profissionalizando, chegando a superar, em número, os alunos do sexo masculino;

- finalmente, levando-se em consideração os níveis de instrução dos pais dos alunos e os níveis de renda da grande maioria das famílias desses estudantes, é preciso destacar a importância do papel social que a universidade federal desempenha em Goiás, atuando positivamente pela inclusão social da população e pelo desenvolvimento econômico, social e cultural do estado. Decididamente, a UFG é um patrimônio que temos a obrigação de defender e preservar.

Abstract: This article shows the profile of the Universidade Federal de Goiás students. This profile is based on social, economical and cultural data provided by a questionnaire filled by those who entered the university through the entrance examination named vestibular, in 2002. The research's goal is to understand while some of the students leave the university before finishing their undergraduate studies. This research was sponsored by the administration of the university, more specifically, the Pró-Reitoria de Graduação.

Key-words: students; social and-economical data; undergraduate studies.

Referências

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo 2002: um retrato do Brasil na década de 90.

RISTOFF, Divo I. et al. Universidade em ruínas (organizado por Héglio Trindade). Petrópolis, RJ: Vozes e Rio Grande do Sul: Cipedes, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Questionário Socio-econômico e Cultural do Centro de Seleção da Universidade Federal de Goiás.

VELLOSO, Jacques (Org.). Universidade pública: política, desempenho, perspectivas. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

RECEBIDO EM OUTUBRO DE 2003

APROVADO EM JANEIRO DE 2004